

## **A Dimensão Internacional da Transição Pós-Autoritária em Moçambique: As Proposições de Laurence Whitehead**

*José Francisco Lynce Zagalo Pavia*

(Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade do  
Minho

Prof. Auxiliar da Universidade Lusíada de Lisboa)

### Introdução

Os processos de transição democrática têm sido alvo do interesse crescente de muitos estudiosos das questões políticas internacionais. Segundo alguns autores, encontrar-nos-íamos perante uma “terceira vaga” de democratizações que teria começado precisamente em Portugal a 25 de Abril de 1974<sup>1</sup>. Existem estudos relevantes sobre este novo ciclo democrático que abrangeu a Europa do Sul, a América Latina, o Leste Europeu e, em menor grau, a Ásia. Esta tendência também se reflectiu em África especialmente a partir da década de 1990.

A investigação sobre a democratização em África é, porém, algo escassa. Ninguém parece negar, todavia, o interesse que o aprofundamento criterioso desta matéria pode representar especialmente para um país como Portugal que definiu, ao longo dos últimos trinta anos, os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) como uma das suas prioridades estratégicas. Desde a década de 1990, que mais de metade dos Estados da África subsaariana iniciaram reformas com o objectivo de estabelecerem sistemas políticos de cariz *pluralista*. Moçambique não foi uma excepção, e desde meados dos anos de 1980 que podemos encontrar sinais de abertura do regime. O corolário dessa

---

<sup>1</sup> Cfr., por exemplo, Huntington, Samuel (1991) *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, UOP, Oklahoma. Segundo este autor, a primeira vaga de democratização decorreu de 1828 a 1926; a segunda vaga verificou-se entre 1943 a 1962; e, a terceira, começou em 1974 e ainda decorreria.

abertura e da subsequente liberalização política foram as primeiras eleições livres e democráticas realizadas no ano de 1994, em Moçambique.

O objecto principal deste artigo é tentar estabelecer, como hipótese, que o processo de transformação política decorreu muitas vezes de condicionantes externas que influenciaram directa e indirectamente os principais actores domésticos; sendo estes em diversas fases e com diferentes graus de intensidade, influenciados, condicionados e compelidos por actores externos.

### Entre a Sociedade Internacional e o Sistema Internacional

Existem diferentes concepções sobre a noção de *sistema internacional*. A dicotomia entre os conceitos de *sociedade* (*Gesellschaft*) e de *comunidade* (*Gemeinschaft*) suscitada pelo sociólogo Ferdinand Tönnies (1955),<sup>2</sup> poderá ser útil na nossa tentativa de dilucidação destes conceitos. Segundo este autor, uma *sociedade* é uma associação voluntária, com limites temporais, onde todos os elementos se podem encontrar, sem que haja um pressuposto de continuidade e duração. Já uma *comunidade* implica uma pertença "sem escolha", com uma identificação em termos de vida comum, interesses comuns, cooperação e interacção entre os seus membros, sem limite temporal.<sup>3</sup> Transpondo esta dicotomia para os conceitos de *sociedade internacional* e *comunidade internacional*, poder-se-á dizer numa fórmula mais simples que numa *sociedade internacional* os seus membros permanecem separados apesar daquilo que momentaneamente os possa unir; já numa *comunidade internacional* os seus membros permanecem unidos apesar daquilo que os possa separar. É em função desta distinção, aparentemente menor, mas que encerra uma grande diferença, que nos inclinamos para o conceito de *sistema internacional*, que não é sinónimo de *sociedade internacional*, como iremos ver mais à frente, mas que segundo o nosso entendimento, e dada a actual configuração dos diversos actores internacionais, se aproxima mais de uma *sociedade* do que de uma verdadeira *comunidade*.<sup>4</sup> José Cutileiro (2003), por exemplo, evoca o conceito de

---

<sup>2</sup> Tönnies, Ferdinand (1955) *Community and Association*, s. ed. London.

<sup>3</sup> Cfr. Moreira, Adriano (2002) *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra. Pp. 44-45.

<sup>4</sup> No mesmo sentido: Cfr. Cutileiro, José (2003) *Vida e Morte dos Outros: A Comunidade Internacional e o Fim da Jugoslávia*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa. P.118.

"comunidade internacional" fazendo as seguintes considerações: "(...) O nome evoca pertença às Nações Unidas, adesão aos valores da Declaração Universal dos Direitos do Homem e das Convenções de Genebra sobre a guerra, mas é enganador. Na prática não se trata de uma comunidade, mas de um grupo de países e de organizações, intergovernamentais ou não, mais vezes em competição do que em colaboração uns com os outros, e nesse universo só um número pequeno de países poderosos toma as decisões importantes. (...)”<sup>5</sup> Poder-se-á assim definir "sistema internacional" como um conjunto de elementos em interacção e interdependência; os seus elementos integrantes serão os diversos actores internacionais que reagem, agem e proagem em face de diversos estímulos.

Por outro lado, segundo Karen Mingst (1999),<sup>6</sup> existirão três perspectivas sobre a noção de "sistema internacional":

- 1) a perspectiva *liberal*, que se subdivide em três concepções: a interdependência entre actores, a sociedade internacional e a anarquia.
- 2) A perspectiva *realista*.
- 3) A perspectiva *marxista*.

Não nos debruçaremos em pormenor sobre as duas últimas já que ambas são perspectivas datadas; referiremos apenas que a perspectiva realista considera o Estado como actor primordial. Por sua vez define o sistema internacional como anárquico e estipula que as possibilidades de mudança no sistema decorrem de modificações na balança de poderes. Já a perspectiva neo-realista, ou realista estrutural como também é chamada, articulada por Kenneth N. Waltz (2002),<sup>7</sup> argumenta que a política internacional deve ser estudada a partir da estrutura do sistema que propicia o ambiente dentro do qual se processam as relações entre Estados; estes são unidades independentes que interagem entre si procurando a preservação da sua segurança e a prossecução do interesse nacional. A diferença essencial face à perspectiva clássica do

---

<sup>5</sup> Idem. P. 118.

<sup>6</sup> Mingst, Karen (1999) *Essentials of International Relations*, W.W. Norton Company, New York. Pp. 89-107.

<sup>7</sup> Cfr. Waltz, Kenneth N. (2002) *Teoria das Relações Internacionais*, Gradiva, Lisboa.

realismo é que a conduta dos Estados é definida segundo a sua posição e capacidades dentro da estrutura do sistema internacional e não somente pelas suas motivações puras de poder.<sup>8</sup> A perspectiva marxista considera que o sistema internacional é altamente estratificado, os actores em presença são os Estados capitalistas versus Estados subdesenvolvidos, e que existem constrangimentos à mudança que derivam do sistema capitalista que limita a possibilidade de uma alteração radical do sistema.

A perspectiva liberal subdivide-se, como vimos, em três concepções. No tocante à anarquia, esta concepção aproxima-se muito daquilo que foi dito sobre a perspectiva realista; existiriam apenas diferenças ao nível do resultado das interacções entre os Estados, que são vistas aqui como podendo ter efeitos positivos no sistema, se tais interacções servirem para moderar o seu comportamento e os levar a procurar alinhar o seu interesse nacional com o de outros Estados. No que diz respeito à interdependência entre actores, esta concepção vê o sistema internacional não como uma *estrutura*, mas como um *processo*, em que ocorrem diversos padrões de relacionamento entre os diferentes autores; estes não são apenas os Estados, mas englobam também organizações internacionais, organizações não-governamentais e actores infra-estaduais, tais como os parlamentos, as regiões, as opiniões públicas, os sindicatos, as burocracias, etc. Todos estes actores interagem uns com os outros de modo que nestas circunstâncias não existe apenas um, mas sim *vários* interesses "nacionais". Os assuntos de segurança continuam a ser importantes, mas não são únicos, já que coexistem com outras preocupações e interesses, tais como os interesses económicos e sociais ou até ambientais.

### A Importância dos Factores Externos nas Transições Democráticas em África

O colapso do comunismo na URSS e o fim da Guerra Fria criaram novas oportunidades para as transições democráticas, não apenas na Europa e na ex-URSS, mas também em África. A competição Leste-Oeste que tinha fornecido apoio, ou pelo menos protecção, aos regimes autoritários em África chegava ao

---

<sup>8</sup> Cfr. Lobo-Fernandes, Luís (2002) *Prefácio à edição portuguesa* da obra de: Waltz, Kenneth N. (2002) *Op. Cit.* P. 8.

fim. O modelo político monopartidário e de economia colectivista tinha falido. "Os ventos da mudança estavam a abanar os coqueiros em África"<sup>9</sup>, dizia o presidente Omar Bongo do Gabão. Entretanto, o General Obasanjo, antigo chefe de Estado da Nigéria, comentava no "Fórum de Líderes Africanos", realizado em Abril de 1990:<sup>10</sup>

"As mudanças que estão a ter lugar na Europa de Leste têm enormes implicações para o terceiro mundo em geral e para África em particular. Os ventos que derrubaram as ditaduras, os regimes autocráticos, os sistemas económicos ultrapassados e promoveram a transição democrática e o respeito pelos direitos humanos, não são desconhecidos em África. Os ventos da mudança na Europa de Leste estão a trazer inúmeras oportunidades aos povos africanos para que intensifiquem a sua justa luta pela democracia." [Trad. do autor].

No mesmo ano ocorreram dois eventos políticos históricos que iriam ter consequências para toda a África. No Benin, a "Conferência Nacional das Forças Activas da Nação" convocada pelo regime de partido único para fazer uma reforma constitucional que lhe devolvesse alguma legitimidade, ao invés toma o poder, depõe o Presidente Mathieu Kerekou, e prepara o caminho para eleições multipartidárias. Na África do Sul, o recém-eleito Presidente Frederik de Klerk, legalizou o Congresso Nacional Africano e libertou Nelson Mandela da prisão, iniciando efectivamente a transição para a democracia. A nível externo, alguns dos grandes poderes (EUA, França e Reino Unido) também alinharam pelo mesmo diapasão. Nos seis anos seguintes uma vaga de transições democráticas atravessou toda a África; neste período, cerca de 38 países africanos passaram por eleições multipartidárias e em muitos deles houve efectivas mudanças de regime. Entre eles contam-se, por exemplo, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Benin, Zâmbia, Mali, Congo Brazzaville, Madagáscar, Malawi, Lesotho, África do Sul, Comores, Burundi, República Centro Africana, Maurícia, Serra Leoa e

---

<sup>9</sup> Wiseman, John (1997) *The Rise and Fall and Rise (and Fall?) of Democracy in Sub-Saharan Africa* in Potter, David et al (1997) *Democratization*, The Open University, Cambridge. P. 288.

<sup>10</sup> Kpundeh, Sahr John (1992) *Democratization in Africa*, National Academy Press, Washington, D.C. P.1.

Etiópia.<sup>11</sup> Porém, estas democratizações não tinham propriamente condições favoráveis para serem bem sucedidas em África. Os países africanos eram demasiado pobres, muito fragmentados culturalmente, e com um capitalismo pouco desenvolvido; além disso, as suas populações professavam na sua grande maioria ou o islamismo ou as religiões animistas, e era patente a ausência de uma cultura cívica mais alargada.<sup>12</sup> As classes médias eram geralmente fracas e mais burocráticas, pouco ligadas ao sector privado, e muitos dos seus elementos eram cooptados pelas estruturas políticas autoritárias. As classes trabalhadoras estavam ainda num estado embrionário. Em tais condições, quem seriam os agentes sociais catalisadores da democracia? De acordo com as principais teorias sobre os pré-requisitos ou condições favoráveis para a democratização, a maioria dos países africanos não reunia os ingredientes necessários para a democracia.<sup>13</sup> Apesar de todos estes constrangimentos, em 1995, quase todos os países da África Subsaariana tinham introduzido algum grau de liberalização política, e a grande maioria tinha passado por eleições multipartidárias.

Estas transformações dever-se-iam principalmente a três factores:

- (1)** O enfraquecimento e a conseqüente debilidade dos Estados africanos devido à prolongada crise económica;
- (2)** o controlo crescente das instituições financeiras internacionais e das agências bilaterais dos países ocidentais na determinação da política económica; e,
- (3)** a pressão dos poderes ocidentais (especialmente os EUA) no sentido da abertura política e da democratização.

---

<sup>11</sup> Cfr. Esterhuysen, Pieter: "Africa in Transition Towards Democracy Oct 1990 – June 1996", in: *Africa Insight*, Vol.26, nº 2, Pp. 14-21.

<sup>12</sup> Almond, G. A. and Verba, S. (1963) *The Civic Culture, Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Princeton University Press, Princeton.

<sup>13</sup> Joseph, Richard: "Democratization in Africa After 1989", in: *Comparative Politics*, Vol.29, nº 3, April 1997, Pp.363-381.

## Transição Democrática e "Dimensão Internacional": as Proposições de Laurence Whitehead

Laurence Whitehead (2001) tem procurado, de forma sistemática, relacionar aquilo que designa por "dimensão internacional" com os processos de transição democrática. Whitehead propõe na sua obra *The International Dimensions of Democratization*<sup>14</sup> três diferentes alternativas através das quais os factores internacionais poderiam ser agrupados e analisados: o "contágio", o "controlo" e o "consentimento". No primeiro caso, o contágio, também chamado factor dominó, consiste na difusão da experiência de um país para outro, através de canais neutrais, ou seja, não coercivos e muitas vezes não intencionais. Existem vários exemplos ao longo da segunda metade do séc. XX de situações deste tipo; o contágio por proximidade ocorreu na Europa no final da Segunda Guerra Mundial: França-Bélgica-Holanda-Dinamarca-Noruega-Alemanha-Áustria-Itália, todos no espaço de cinco anos. Outro exemplo, apontado por Whitehead, foi o ciclo de 1989: Polónia-Checoslováquia-Alemanha de Leste-Hungria-Roménia-Bulgária, todos no espaço de um ano. Ou ainda, agora em África, o ciclo Namíbia-Lesotho-Malawi-Zâmbia-África do Sul-Moçambique, no período 1990-94. Neste último caso, podemos afirmar que os desenvolvimentos políticos na África do Sul - a potência regional - a libertação de Nelson Mandela, a legalização do ANC, e a aceitação do princípio do sufrágio universal, que levaram à realização, em Abril de 1994, das primeiras eleições multiraciais e à constituição de um governo liderado por Nelson Mandela, tiveram um efeito de contágio em Moçambique que não pode ser negligenciado. Porém, o contágio também pode funcionar no sentido inverso, ou seja, desencadear uma vaga de refluxo no sentido do autoritarismo, como aconteceu nos anos 30, na sequência da crise da bolsa de Nova York.

No segundo caso, o controlo consiste na promoção da democracia com um carácter intencional através de medidas explícitas que podem ser "incentivadoras" ou "penalizadoras" e que é, segundo Whitehead, a situação mais comum. Um dos exemplos apontados foram as transições democráticas na África Austral, onde, a partir de 1989, as pressões conjugadas das grandes

---

<sup>14</sup> Whitehead, Laurence (2001) *The International Dimensions of Democratization*, Oxford University Press, Oxford. P.4.

potências, operando através das Nações Unidas, conseguiram alcançar alguns patamares de reconciliação nacional e de democratização. O caso concreto de Moçambique foi paradigmático desta situação.<sup>15</sup> O próprio Whitehead aponta esse facto:<sup>16</sup>

“(...) Quanto ao cluster da África Austral, durante a Guerra Fria tanto o regime do apartheid em Pretória como os regimes marxistas monopartidários de Maputo e Luanda receberam substancial (embora muitas vezes indirectamente) protecção das grandes potências suas aliadas, mas também sofreram uma oposição armada encorajada pelas grandes potências suas oponentes. **Porém, depois de 1989, as grandes potências cooperaram através das Nações Unidas com o objectivo de promover políticas de reconciliação e democratização. Em contraste, no resto da África Sub-Saariana, nenhuma destas rivalidades entre grandes potências nem a mudança subsequente no sentido da pacificação operaram tão eficazmente.**” [Trad. e ênfase do autor].

Como já assinalámos afigura-se-nos que estas duas categorias de Whitehead se adaptam ao caso de Moçambique.<sup>17</sup> O efeito de contágio operou em duas fases; numa primeira, terão sido os desenvolvimentos na própria URSS e depois no Bloco de Leste, que eram parceiros privilegiados de Moçambique (nomeadamente a RDA); na segunda, o processo de contágio operou através da evolução da transformação política no poderoso vizinho sul-africano que influenciou com alguma intensidade o desenrolar dos acontecimentos em Moçambique. Relativamente ao controlo, parece-nos que a influência de actores internacionais no processo de democratização em Moçambique é muito importante e, por vezes decisiva, sendo essa, aliás, a hipótese específica deste artigo. No terceiro caso, o “consentimento” seria uma categoria algo mais recente, adaptada a uma situação de *consolidação* da democracia que envolve

---

<sup>15</sup> Idem. P.10.

<sup>16</sup> Ibidem. P. 10.

<sup>17</sup> Laurence Whitehead corroborou pessoalmente esta nossa proposição quando por nós foi entrevistado sobre esta problemática; segundo Whitehead, o caso de Moçambique é “talvez o melhor exemplo em África” que ilustra a importância do “contágio” e do “controlo” na dimensão internacional dos processos de democratização. Entrevista a Laurence Whitehead no dia 12 de Julho de 2004, por ocasião do Curso de Verão: *A Dimensão Internacional das Democratizações*, realizado em Óbidos, de 12 a 16 de Julho de 2004.



um conjunto complexo de interacções entre processos internacionais e grupos nacionais, que produziriam novas normas democráticas e expectativas de baixo para cima. Whitehead distingue quatro aspectos relativamente ao consentimento:<sup>18</sup>

- (1) os limites territoriais das sucessivas democratizações e as suas consequências para sistemas de alianças estabelecidos;
- (2) as principais estruturas internacionais que tendem a gerar consentimento para as mudanças de regime;
- (3) as formas como se podem constituir autênticos actores democráticos e nacionais a partir de grupos transnacionais relativamente difusos; e,
- (4) o papel dos efeitos de demonstração internacionais.

Relativamente ao primeiro aspecto, Whitehead aponta-nos os exemplos de Portugal que, quando se democratizou, o processo de democratização foi também estendido aos arquipélagos dos Açores e Madeira que se encontravam sob a sua "tutela", e assim continuariam, embora com um estatuto político-administrativo de regiões autónomas. Outro exemplo foi a incorporação da Alemanha de Leste na República Federal da Alemanha e a sua consequente democratização. No tocante ao segundo aspecto, o exemplo porventura mais emblemático é o da União Europeia que constitui o caso mais ambicioso de uma estrutura internacional com uma política de apoio à estabilização de algumas novas democracias. No que concerne ao terceiro aspecto, o exemplo apontado é a *influência* que o modelo de sociedade dos países ocidentais pode ter em determinados grupos sociais e, por essa via, transformá-los em verdadeiros actores democráticos. A influência que a oposição democrática recebe quando está no exílio pode, também, ser muito importante. Muitas forças oposicionistas recebem uma verdadeira protecção de poderes externos, sem que, no entanto, deixem de ser genuínos actores nacionais. O caso da Igreja Católica e do bispo Dom Ximenes Belo em Timor-Leste foi um bom exemplo. Finalmente, o quarto aspecto, salienta a importância da *imagem* que os países democráticos transmitem e que é um poderoso atractivo para sociedades que ainda não

---

<sup>18</sup> Whitehead, Laurence (2001) Op. Cit. Pp.16-22.

passaram por esse processo; esta imagem pode ser o factor internacional "decisivo" que leve a uma generalização do consentimento face à democracia.

### O Caso de Moçambique

Moçambique reunia condições particularmente favoráveis à intervenção de diversos actores internacionais. Essas condições resultaram da fraqueza do Estado moçambicano (que contrariamente ao Estado angolano não tinha fontes de financiamento independentes e, portanto, estava quase completamente dependente dos doadores internacionais, e também não podia contar com o apoio do bloco de Leste, já que vira a sua entrada no Comecom negada pela URSS). A própria estrutura económica herdada do tempo colonial tornava-o também extremamente vulnerável à desestabilização da então Rodésia e da África do Sul. Moçambique era bastante dependente das receitas obtidas com a mão-de-obra que era utilizada nas minas sul-africanas, e, também, das receitas obtidas pela utilização pelos países do *hinterland* - principalmente da Rodésia - dos vários corredores de acesso ao mar: o corredor de Maputo, o corredor do Limpopo, o corredor da Beira e o corredor de Nacala. Além disso, a política de nacionalizações conduzidas pela Frelimo e o êxodo dos portugueses levaram a uma grande diminuição das receitas públicas, o que teve como consequência um progressivo endividamento externo e a consequente crise da dívida no início dos anos oitenta. A Frelimo também nunca teve nem a importância, nem o prestígio que gozavam outros movimentos de libertação como o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Esta espécie de orfandade a nível internacional, bem como a sua reduzida implantação no território nacional, conduziram os dirigentes da Frelimo a uma política agressiva que denominámos de "euforia revolucionária" e que levou a que os próprios dirigentes soviéticos censurassem esta atitude. Pelo seu lado, a Renamo, talvez pelo facto de ser um movimento que surgiu no período pós-independência, sempre foi conotada com a antiga Rodésia, e depois com a África do Sul; ora, tal estigma foi habilmente explorado quer pela Frelimo, quer por uma série de escritores "solidários" europeus e norte americanos, que apresentavam a Renamo como um movimento de "bandidos armados" sem programa político, e com o único objectivo de pôr em causa as "conquistas revolucionárias". Do mesmo modo, em

contraste com a UNITA, a Renamo não tinha acesso a fontes de financiamento independentes, nem tinha uma estrutura de quadros que se pudessem apresentar como uma alternativa viável à Frelimo. Tudo isto tornava este movimento bastante vulnerável às pressões internacionais.

### Os Primeiros Anos Pós-Independência: Algum Pragmatismo.

A Frelimo, apesar da retórica marxista-leninista, gozava nos meios internacionais de uma certa aura de força moderada, o que lhe granjeava simpatias e até alguma expectativa sobre qual iria ser o seu comportamento, enquanto governo nacional, nas relações internacionais. Numa primeira fase, devido à política de *détente* prosseguida por Pretória, e também por que a dependência de Moçambique em termos económicos era enorme relativamente à África do Sul, a Frelimo, realisticamente, tentava não antagonizar o seu poderoso vizinho, não permitindo, por exemplo, que o *African National Congress* (ANC), instalasse bases militares em Moçambique. É de sublinhar que uma parte substancial das receitas de Moçambique era proveniente das transferências de ouro que vinham da África do Sul em troca da mão de obra moçambicana. A liderança da Frelimo emerge, em todo o caso, no período pós-independência, com uma postura global de "moderação" e de "pragmatismo" que é notoriamente visível nos cuidados com que encara, por exemplo, a sua relação com Pretória. Existe, todavia, uma clara preferência pelo estreitar de relações com o antigo bloco de Leste, que Maputo considerava ser uma alternativa para afastar o país da exploração e subserviência, a que estaria condenado se continuasse integrado no sistema capitalista ocidental.

### O Período "Revolucionário"

Porém, a situação económica de Moçambique passados alguns anos era crítica. Para esta situação contribuíram seguramente as opções da política da Frelimo, nomeadamente a tentativa de estatização forçada da agricultura, a desestabilização militar e económica promovida pela Renamo e pela África do Sul, a seca que assolou a África austral e a própria situação económica internacional com a subida das taxas de juro, a valorização do dólar e a

deterioração dos termos de troca internacionais.<sup>19</sup> A tentativa da Frelimo de encontrar apoio no bloco socialista saiu gorada, já que a URSS recusou por duas vezes, em 1980 e 1981, a entrada de Moçambique no Comecon.<sup>20</sup> Esta atitude de Moscovo pode compreender-se à luz de uma política que considerava que os países do terceiro mundo deveriam encontrar outras formas de solucionarem os seus problemas económicos para não sobrecarregarem as finanças de Moscovo. João Gomes Cravinho (1995),<sup>21</sup> em particular, refere que:

“(...) a recusa da entrada assinalou o princípio do fim do empenho da Frelimo com o socialismo e pode ser visto agora como uma mudança de rumo. (...)” [Trad. do autor].

### De Novo o Pragmatismo

Em Outubro de 1983, Samora Machel, visita vários Estados europeus, entre os quais Portugal, numa tentativa de conseguir concretizar a política de “arranjar mais amigos e menos inimigos”.<sup>22</sup> Na sequência dessa visita, que também incluiu a sede da Comunidade Europeia em Bruxelas, Machel solicita a entrada de Moçambique na Convenção de Lomé. Contudo, tal passo implicou um acordo prévio com a RFA, no qual Moçambique aceitou reconhecer que Berlim Oeste fazia parte integrante da RFA. É fundamental não esquecer que a RDA era um dos países de Leste com quem Moçambique tinha mais contactos e, portanto, esta tomada de posição foi uma importante vitória diplomática da RFA face à RDA. Além disso, este terá sido o primeiro exemplo de uma condicionalidade política a Moçambique, neste caso por parte da RFA, que só foi possível devido à extrema debilidade económica e, portanto, à imperiosa necessidade de ajuda de que Moçambique carecia. Machel foi também recebido por Margaret Thatcher na Grã-Bretanha, que lhe agradeceu pessoalmente o empenho deste, e das autoridades moçambicanas, na ajuda que tinham

<sup>19</sup> Pavia, José Francisco (2000) *Economia e Política: Moçambique e as Instituições de Bretton Woods*, Vega Universidade, Lisboa. Pp. 62-63.

<sup>20</sup> Cravinho, João Gomes (1995) *Modernizing Mozambique: Frelimo Ideology and the Frelimo State*, Tese de Doutoramento (policopiada), Universidade de Oxford, Trinity. P. 159.

<sup>21</sup> Idem. P. 160.

<sup>22</sup> Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders (1994) *Moçambique em Transição*, Centro de Estudos Estratégicos Internacionais - Instituto Superior de Relações Internacionais, Maputo. P. 65.

prestado durante as negociações de *Lancaster House*, que tornaram possível a independência do Zimbábue. Em termos económicos, a viagem não deu grandes frutos, e o presidente moçambicano terá mesmo recebido vários "conselhos" no sentido de estabelecer um entendimento com os sul-africanos e chegar a acordo com as instituições financeiras internacionais, nomeadamente o FMI e o Banco Mundial.

A situação de Moçambique em 1982 era, pois, basicamente de "ruptura financeira", já que quase todos os ganhos em moeda estrangeira tinham que ser gastos para servir a dívida, não restando - pode dizer-se - absolutamente nada para importações urgentes e necessárias.<sup>23</sup> O serviço da dívida tinha atingido 97%, o que significava que Moçambique precisava, ou de fontes financeiras alternativas, ou do acordo dos credores para a renegociação da dívida pendente.<sup>24</sup> No tocante à primeira opção, já vimos que Moçambique tinha visto recusado o seu pedido de entrada no Comecom. Restava a segunda hipótese, que, no entanto, implicava que Moçambique, por exigência dos seus credores, teria que entrar em negociações prévias com as instituições de Bretton Woods, e em primeiro lugar com o FMI, tal como é exigido pelos estatutos dessas organizações. Os EUA, e alguns países europeus iam ainda mais longe e "recomendavam" vivamente a Moçambique que fizesse um acordo com a África do Sul. Sobre este entendimento Kenneth Hermele<sup>25</sup> referiu que:

"Em 1984 Moçambique assinou o Acordo de Nkomati, um pacto de não-agressão com a África do Sul. Este foi o primeiro sinal, e também o mais evidente, de uma mudança nas alianças internacionais desde a independência de Moçambique em 1975. Seis meses mais tarde, Moçambique passou a ser membro do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, completando assim a sua viragem na cena internacional. De um país arreigado à ideia de planificação central e de transformação socialista no âmbito de um movimento socialista mundial, Moçambique passou a compreender as realidades dos mercados financeiros mundiais,

---

<sup>23</sup> Hermele, Kenneth e Rudebeck, Lars (1989) "Nas Encruzilhadas: Alianças Políticas e Ajustamento Estrutural. Dois ensaios sobre Angola, Guiné-Bissau e Moçambique". *AKUT*. Uppsala. P. 6.

<sup>24</sup> Hermele, Kenneth (1990) *Moçambique numa encruzilhada: Economia e Política na era de ajustamento estrutural*. Report Chr. Michelsen Institute. Department of Social Science and Development. Bergen. P. 2.

<sup>25</sup> Hermele, Kenneth e Rudebeck, Lars (1989) *Op. Cit.* P. 5.

dominado pelos poderes ocidentais e as suas instituições, o FMI e o Banco Mundial. (...).”

### Conclusão

O Acordo de Nkomati, entre Moçambique e a África do Sul, foi assinado em 16 de Março de 1984. Consideramos, em especial, que foi simultaneamente um *ponto de chegada* e um *ponto de partida* no processo de transformação política em Moçambique. Um *ponto de chegada* porque pôs fim ao período mais “revolucionário” por parte da Frelimo. Foi, por assim dizer, o regresso a uma atitude mais pragmática por parte da Frelimo depois da fase pós-colonial. Mas também foi um *ponto de partida* já que a abertura ao Ocidente pôde ser, a partir daqui, consubstanciada, por exemplo, com a adesão ao FMI e ao Banco Mundial; foi também o início de uma maior dependência do Estado moçambicano face ao Ocidente, hipótese que nós pretendemos demonstrar. As transformações políticas e económicas em Moçambique vão ser, pois, a partir daqui “influenciadas”, de uma maneira que nós consideramos mais decisiva, pela envolvente internacional.

## Referências bibliográficas:

- Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders (1994) *Moçambique em Transição*, Centro de Estudos Estratégicos Internacionais - Instituto Superior de Relações Internacionais, Maputo.
- Almond, G. A. and Verba, S. (1963) *The Civic Culture, Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Princeton University Press, Princeton.
- Cravinho, João Gomes (1995) *Modernizing Mozambique: Frelimo Ideology and the Frelimo State*, Tese de Doutoramento (policopiada), Universidade de Oxford, Trinity.
- Cutileiro, José (2003) *Vida e Morte dos Outros: A Comunidade Internacional e o Fim da Jugoslávia*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- Esterhuysen, Pieter: "Africa in Transition Towards Democracy Oct 1990 – June 1996", in: *Africa Insight*, Vol.26, nº 2, Pp. 14-21.
- Hermele, Kenneth (1990) *Moçambique numa encruzilhada: Economia e Política na era de ajustamento estrutural*. Report Chr. Michelsen Institute. Department of Social Sciences and Development. Bergen.
- Hermele, Kenneth e Rudebeck, Lars (1989) *Nas Encruzilhadas: Alianças Políticas e Ajustamento Estrutural. Dois ensaios sobre Angola, Guiné-Bissau e Moçambique*. AKUT. Uppsala.
- Huntington, Samuel (1991) *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, UOP, Oklahoma.
- Joseph, Richard: "Democratization in Africa After 1989", in: *Comparative Politics*, Vol.29, nº 3, April 1997, Pp.363-381.
- Kpundeh, Sahr John (1992) *Democratization in Africa*, National Academy Press, Washington, D.C.
- Mingst, Karen (1999) *Essentials of International Relations*, W.W. Norton Company, New York.
- Moreira, Adriano (2002) *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra.
- Pavia, José Francisco (2000) *Economia e Política: Moçambique e as Instituições de Bretton Woods*, Vega Universidade, Lisboa.
- Tönnies, Ferdinand (1955) *Community and Association*, s.ed. London.

- Waltz, Kenneth N. (2002) *Teoria das Relações Internacionais*, Gradiva, Lisboa.
- Whitehead, Laurence (2001) *The International Dimensions of Democratization*, Oxford University Press, Oxford.
- Wiseman, John (1997) *The Rise and Fall and Rise (and Fall?) of Democracy in Sub-Saharan Africa* in Potter, David et al (1997) *Democratization*, The Open University, Cambridge.